



## O que está sendo feito?

### 1. Segunda reunião com focalizadores do Nordeste



O Giac-Covid-19 realizou nesta segunda-feira (20) reunião com os focalizadores de quatro estados do Nordeste: Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Participaram membros dos MPs Estaduais, Federal e do Trabalho e representantes indicados pelo Conass e pelo Conasems. Essa foi a segunda reunião com representantes do Nordeste. A primeira

aconteceu na semana passada.

No encontro, os focalizadores trocaram informações sobre a situação em cada estado e discutiram temas como a falta de leitos, dificuldade de acesso à informação, aquisições emergenciais de itens de saúde e situações atípicas de compras, garantia de segurança no sistema de transporte público e para trabalhadores de entregas por aplicativos, uso obrigatório de máscaras, entre outros.

A coordenação finalística do Giac reforçou a necessidade de acompanhamento e fiscalização da aplicação das verbas destinadas ao combate à pandemia. Também reiterou a necessidade de diálogo local rápido e sem burocracia, para garantir eficiência. Ainda nesta semana, serão realizadas videoconferências com focalizadores do Sudeste e do Centro-Oeste, encerrando o primeiro ciclo de reuniões regionais promovidas pelo Giac.

### 2. Reunião extraordinária com focalizadores do Amazonas

O Giac-Covid-19 realizou nesta segunda-feira (20) reunião extraordinária com focalizadores do Amazonas para discutir a situação do estado. O



sistema de saúde estadual está em colapso, em razão de grande número de casos de covid-19. Já são mais de dois mil casos confirmados e 182 mortes. Os membros dos MPs relataram dificuldades em dialogar e obter informações das autoridades de saúde locais. Falaram ainda sobre [ação civil pública conjunta](#), proposta pelo MPF e pelo MP Estadual, pedindo transparência dos dados relativos à epidemia no estado. A situação do Amazonas foi discutida também com os representantes do Conass e Conasems, depois da reunião com os focalizadores do Nordeste.

### 3. Recomendação para garantir saúde de trabalhadores de aplicativos

O Governo de Pernambuco atendeu, nessa sexta-feira (17), recomendação do Ministério Público do Trabalho (MPT) que apresenta medidas de proteção para trabalhadores de transporte de passageiros e de mercadorias por aplicativo. A portaria estadual foi resultado de um trabalho de articulação do MPT junto à Secretaria Estadual de Saúde (SES). A portaria determina que as empresas orientem os profissionais que exercem atividade de delivery a evitar o contato físico direto com quem recebe as mercadorias, restringindo o acesso desses trabalhadores às portarias ou portas de entradas. As empresas devem ainda providenciar espaços e credenciar serviços para higienização de veículos, de caixas que transportam mercadorias e de uniformes. [Leia mais](#).

### 4. Inclusão de representantes de organizações indígenas em comitê de crise

A pedido do MPF, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) incluiu representantes de organizações indígenas na composição do Comitê de Crise para o planejamento, coordenação, execução, supervisão e monitoramento dos impactos da covid-19 no âmbito da saúde dos povos indígenas. A alteração está na Portaria Sesai nº 36/2020, publicada no Diário Oficial da União no último dia 1º. Instituído em março, por meio da Portaria Sesai 16/20, o Comitê inicialmente não previa a participação de representantes das populações indígenas. A nova portaria revoga a anterior



e inclui como integrantes do Comitê de Crise Distrital o presidente e o secretário executivo do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi). [Leia mais.](#)

## 5. Revogação de decreto que flexibilizava isolamento social em Alta Floresta (MT)

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE-MT) e a Defensoria Pública conseguiram reverter e anular parcialmente o Decreto Municipal nº 69/2020, que flexibilizou as diretrizes de isolamento social relativas à covid-19 em Alta Floresta, liberando a realização de missas, cultos e celebrações religiosas e o funcionamento de restaurantes e lanchonetes/padarias, feiras do ramo alimentício e academias. Os órgãos expediram recomendação conjunta ao Município de Alta Floresta na última terça-feira, 14, solicitando a adoção de várias providências, entre elas a anulação integral do decreto. No início da tarde de ontem, 16, o prefeito da cidade revogou a medida, suspendendo novamente o funcionamento das atividades consideradas não essenciais. [Leia mais.](#)